

OS ASSENTAMENTOS RURAIS NA REFORMA AGRÁRIA E SEU PAPEL NA QUALIFICAÇÃO, FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO DOS ASSENTADOS.

Marcos Cassin¹
Mírian Helena Goldschmidt²

RESUMO

O objetivo deste texto é apontar uma possibilidade diferente de análise da Questão Agrária e da Reforma Agrária no Brasil, sem a pretensão de desconstruir, combater ou anular as várias outras análises já realizadas, mas apenas com o intuito de contribuir para um maior entendimento da questão agrária no Brasil, a partir de um determinado referencial teórico, Lênin, que nos permite compreender a Reforma Agrária no Brasil, de caráter burguês, que se realiza e se consolida no bojo da Revolução Burguesa no Brasil. Também nos propomos aqui a apresentar algumas notas iniciais sobre os assentamentos rurais enquanto elementos de negação do caráter e do tipo de reforma agrária realizada no Brasil e, ao mesmo tempo, como esse fenômeno na nova estrutura fundiária se constitui, ou pode se constituir, em espaços de formação política, de qualificação técnica e de educação escolar que contribua na potencialização das lutas por uma Reforma Agrária com outro caráter e de outro tipo, que vai se realizando e consolidando no bojo da Revolução Socialista.

Introdução.

Este texto tem o intuito de contribuir para um maior entendimento da questão agrária no Brasil, a partir de um determinado referencial teórico, Lênin, com suas contribuições, resultado de seus embates teóricos e políticos interno e externo ao movimento marxista no final do século XIX e início do XX na Rússia. E, ainda, uma análise rigorosa do desenvolvimento do capitalismo na Rússia e de seus desdobramentos na organização das novas formas de produção na agricultura e na indústria, que busca compreender as transformações do modo de produção anterior e o surgimento de novas relações de produção e suas contradições típicas do capitalismo, como também, o aparecimento das classes sociais fundamentais desse modo de

¹ Professor do Departamento de Educação, Informação e Comunicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, campus Ribeirão Preto.

² Supervisora de Ensino da SEESP e Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos

produção no campo e na cidade, o operariado agrícola e industrial e a burguesia também desses setores da produção.

Esse referencial teórico nos permite compreender a Reforma Agrária no Brasil, de caráter burguês, que se realiza e se consolida no bojo da Revolução Burguesa no Brasil. Para isso, apontaremos duas teses: a primeira de Décio Saes, em que a libertação dos escravos em 1888, a proclamação da república em 1889 e a primeira constituição republicana de 1891 vão dar suporte jurídico/político para o estabelecimento das relações capitalistas de produção e a segunda de que o regime civil/militar de 1964-1985 consolidou a Revolução Burguesa no Brasil, tese defendida por alguns pesquisadores,

Também nos propomos aqui a apresentar algumas notas iniciais sobre os assentamentos rurais enquanto elementos de negação do caráter e do tipo de Reforma Agrária realizada no Brasil e, ao mesmo tempo, como esse fenômeno na nova estrutura fundiária se constitui, ou pode se constituir, em espaços de formação política, de qualificação técnica e de educação escolar que contribua na potencialização das lutas por uma Reforma Agrária com outro caráter e de outro tipo, que vai se realizando e consolidando no bojo da Revolução Socialista.

Lênin e a Questão Agrária³

Dentre ao grande número de contribuições de Lênin, resultado de seus embates teóricos e políticos interno e externo ao movimento marxista no final do século XIX e início do XX na Rússia, também podem nos ajudar no estudo e na análise da Questão e da Reforma Agrária no Brasil.

Para atender os objetivos deste nosso texto, destacamos quatro de seus escritos: 1- “A que herança renunciamos?”, escrito em 1897; 2- “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, escrito em 1899; 3- “O Programa Agrário da Social Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905–1907”, escrito por Lênin no final de 1907 e 4- “Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América”, escrito em 1915 e publicado em 1917. A partir destes textos acreditamos ter referências para uma análise da Questão e da Reforma Agrária no Brasil na perspectiva leninista.

³ Apesar da brevidade destas poucas notas sobre o referencial teórico leninista sobre a Questão Agrária, entendemos serem necessárias para a compreensão de nossas provocações. Estas notas são uma síntese do texto “Algumas referências teóricas de Lênin e a Questão Agrária no Brasil” a ser publicado.

No primeiro texto, “A que herança renunciamos ?” , Lênin trava grande embate político e ideológico com a corrente revolucionária pequeno burguesa formada nas décadas de 60 e 70 do século XIX, na Rússia, identificada como “populistas”, que teve grande influência nas lutas pelo fim do regime autocrático do país e pela distribuição das terras dos latifundiários aos camponeses. No texto, o autor aponta os traços que caracterizam o populismo na Rússia de seu tempo:

Por populismo entendemos um sistema de concepções, que compreende os três traços seguintes: 1) *Considerar o capitalismo na Rússia como uma decadência, uma regressão* [...] 2) *Considerar original o regime económico russo em geral e o camponês com a sua comunidade, artel, etc., em particular.* Não se considera necessário aplicar às relações económicas russas os conceitos elaborados pela ciência moderna sobre as diferentes classes sociais e os seus conflitos. O campesinato da comunidade é considerado como algo superior e melhor em comparação com o capitalismo; [...] 3) *Ignorar as relações entre a “intelectualidade” e as instituições jurídico-políticas do país, por um lado, e os interesses materiais de determinadas classes sociais, por outro .* [...] (grifos do autor) (Lenine, 1982a, p.63).

O movimento que se contrapunha aos populistas era a corrente identificada como “herança” de concepção iluminista que defendia a reforma de 1861 e a aceleração das relações capitalistas na Rússia e, que esta, colocaria o país num processo de desenvolvimento e sua ocidentalização. Lênin, ao se referir à “herança” se utiliza de um de seus representantes para afirmar:

Skáldine considera a reforma sem qualquer ilusão, sem nenhuma espécie de idealização, vê nela um acordo entre duas partes – os latifundiários e os camponeses – que, até então, tinham usufruído a terra em comum em determinadas condições e que agora se dividiram, modificando-se com essa divisão a posição jurídica de ambas as partes. Os interesses das partes foram o factor determinante da forma dessa divisão e da extensão que cada uma delas recebeu. Esses interesses determinavam as aspirações de cada uma das partes, mas a possibilidade de uma delas participar directamente na própria reforma e na solução prática dos diversos problemas da sua realização foi, entre outras coisas, o que determinou o seu predomínio (Lenine, 1982a, p.49).

Com relação ao embate das correntes “populista” e “herança”, Lênin considera que os primeiros acertam na identificação dos problemas do capitalismo na Rússia, mas que seus limites estão na falta de apontamentos de soluções satisfatórias, alegando que esta corrente,

em consequência do seu ponto de vista pequeno-burguês e da sua crítica sentimental do capitalismo, que numa série de importantes questões da vida social ficou *atrás* em comparação com os “iluministas”. A associação do populismo com a herança e com as tradições dos nossos iluministas mostrou-se no fim de contas um facto *negativo*: os novos problemas que o desenvolvimento da Rússia posterior à reforma colocou ao pensamento social russo não foram solucionados pelo populismo, que se limitou a lamentações sentimentais e reaccionárias a seu respeito, e obscureceu com o seu romantismo os velhos problemas, que já tinham sido levantados pelos iluministas, e retardou a sua completa solução (grifos do autor) (Lenine, 1982a, p.71).

Quanto aos iluministas, estes tiveram o mérito de mostrar as novas contradições, resultado do desenvolvimento capitalista na Rússia, mas sem perceber o aprofundamento das desigualdades, fruto desse desenvolvimento.

Lênin, nesse texto, se refere a uma terceira corrente de pensamento neste período, identificada como os “discípulos”, que buscam superar as concepções “populistas” e da “herança”, afirmando que esta “confia no actual desenvolvimento social, pois vê a garantia de um futuro melhor unicamente no pleno desenvolvimento destas contradições (Lenine, 1982a, p.71)”.

Quanto ao segundo texto, “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, faz uma análise rigorosa do desenvolvimento do capitalismo na Rússia e de seus desdobramentos na organização das novas formas de produção na agricultura e na indústria, estudo que busca compreender as transformações do modo de produção anterior e o surgimento de novas relações de produção e suas contradições típicas do capitalismo, como também, o aparecimento das classes sociais fundamentais desse modo de produção no campo e na cidade, o operariado agrícola e industrial e a burguesia também desses setores da produção.

Importante destacar que nesse texto já aparece a afirmação do desenvolvimento capitalista no campo com aumento da intensidade da exploração da terra, da produção, do uso dos meios de produção, de insumos e do uso do trabalho assalariado. Lênin,

também estuda, analisa e compreende que esse desenvolvimento traz profundas transformações nas classes e frações de classe no campo, em seu prefácio escrito em 1907 para a segunda edição desta obra afirma:

A revolução está trazendo cada vez mais à luz a dualidade do campesinato, evidente quer do ponto de vista da sua situação, quer do ponto de vista do seu papel. De um lado, os imensos remanescentes da economia baseada na corvêia e toda sorte de resíduos da servidão diante de uma pauperização inédita e da ruína dos camponeses pobres explicam plenamente as raízes profundas do movimento revolucionário camponês, do espírito revolucionário do campesinato enquanto massa. De outro, a estrutura internamente contraditória de classe dessa massa, seu caráter pequeno-burguês, o antagonismo interno entre as tendências proprietárias e proletárias manifestaram-se claramente no processo revolucionário, na natureza dos diferentes partidos e nas numerosas correntes políticas e ideológicas. As vacilações do pequeno proprietário arruinado, vacilando entre a burguesia contra-revolucionária e o proletariado revolucionário, são tão inevitáveis como este outro fenômeno que se observa em toda a sociedade capitalista: uma insignificante minoria de pequenos produtores se enriquece, “sobe na vida” e se aburguesa, enquanto a imensa maioria se arruína completamente, transformando-se em trabalhadores assalariados ou paupérrimos ou vivem eternamente no limite da condição proletária (Lênin, 1982, p.9-10)

No texto “O Programa Agrário da Social Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905–1907”, escrito no final de 1907, Lênin identifica os aliados e os inimigos da Revolução e aponta para as propostas do POSDR para a reforma agrária, mesmo que essa seja de caráter burguês. Sem ilusões e consciente dos limites da revolução burguesa e que o desenvolvimento agrário que se realiza no processo da revolução tem apenas um caminho, mas duas formas diferentes de desenvolvimento:

[...] as formas desse desenvolvimento podem ser duas. Os restos do feudalismo podem desaparecer, quer mediante a transformação dos domínios dos latifundiários quer mediante a destruição dos latifúndios feudais, isto é, por meio da reforma ou por meio da revolução. O desenvolvimento burguês pode verificar-se tendo à frente as grandes propriedades dos latifundiários, que paulatinamente se tornarão cada vez mais burguesa, que paulatinamente substituirão os métodos feudais de exploração pelos métodos burgueses; e pode verificar-se também, tendo à frente as pequenas explorações camponesas,

que, por via revolucionária, extirparão do organismo social a “excrescência” dos latifúndios feudais e, sem eles, desenvolver-se-ão livremente pelo caminho da agricultura capitalista dos granjeiros.

A estes dois caminhos do desenvolvimento burguês, objetivamente possíveis, chamaríamos de caminho tipicamente prussiano e caminho do tipo norte-americano (Lênin, 2002, p.28-29).

Ao indicar as duas formas possíveis do desenvolvimento agrário na Revolução Burguesa, Lênin assevera que a posição dos sociais-democratas frente à Revolução Russa (burguesa) deveria ser em defesa da forma norte-americana por ser mais democrática, apesar de seu caráter burguês. Na discussão da participação dos sociais-democratas na Revolução, também defende a estatização das terras, sendo esta proposta importante à própria burguesia que não precisaria dispor de capital para a compra de terras, direcionando todo seu capital para a produção.

O último texto, “Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América”, escrito em 1915 e publicado em 1917, se utiliza dos dados “extraídos das estatísticas oficiais dos Estados Unidos da América do Norte; trata-se, em primeiro lugar, dos censos cinco do 12º e 13º recenseamentos de 1900 e 1910; e, em segundo lugar, do Resumo Estatístico (Statistical Abstract of United States) de 1911 (Lênin, 1980, p.14)”.

Na análise da questão agrária nos Estados Unidos da América, Lênin identifica três grandes espaços no território norte-americano, o oeste em processo de colonização, o norte industrial e o antigo sul escravista. Partindo da análise da Reforma Agrária burguesa, como intensificação de inversão de capital em máquinas, insumos etc. e na utilização da força de trabalho assalariada, o processo de reforma nos EUA, diferentemente da Rússia, resultou em uma política fundiária de intensificação das relações capitalistas em pequenas e médias propriedades e do desmembramento dos antigos latifúndios escravistas do sul.

Nesse texto, faz-se necessário destacar a distinção que o autor faz entre pequena produção e grande produção e sua relação com a dimensão das propriedades.

Quando se fala da pequena agricultura, pensa-se sempre naquela que não repousa no trabalho assalariado. Ora, a passagem à exploração de trabalhadores assalariados está condicionada não apenas pela extensão da unidade agrícola, conservando-se a sua antiga base técnica (o que só ocorre numa economia extensiva, primitiva), mas também pelo aperfeiçoamento e modernização

da técnica, pela aplicação numa mesma superfície de terreno de um capital suplementar sob a forma, por – exemplo, de novas máquinas ou de adubos artificiais, ou aumento e melhoria do gado, etc.

O agrupamento segundo o valor dos produtos da farm reúne as explorações que se caracterizam, realmente, por um volume idêntico de produção, independentemente da quantidade de terra que possuam. Uma exploração altamente intensiva numa pequena parcela entra, neste caso, no mesmo grupo que uma exploração relativamente extensiva de uma grande superfície; e estas duas explorações serão de fato grandes, tanto pelo volume da produção, quanto pelo nível de emprego do trabalho assalariado (Lênin, 1980, p.45).

Sobre outra importante referência a respeito da produção e das dimensões das propriedades nos EUA, Lênin afirma que nesse país as relações capitalistas de produção no campo se deram com uma diminuição das unidades produtivas.

A eliminação da pequena produção pela grande consiste na eliminação das farms “maiores” quanto à superfície, mas menos produtivas, menos intensivas e menos capitalistas, pelas farms “menores” quanto à superfície, mas mais produtivas, mais intensivas e mais capitalistas (Lênin, 1980, p.49).

Ainda é necessário destacar a análise que Lênin faz das Revoluções Burguesas na Rússia e nos Estados Unidos da América e como essas encaminharam seus processos de Reforma Agrária de formas distintas, que identifica como tipo prussiana, na experiência russa e como tipo norte-americana, nos Estados Unidos da América.

Revolução Burguesa e a Reforma Agrária no Brasil

Tomando o assentamento rural como resultado das conquistas das lutas dos movimentos sociais que impuseram uma derrota ao projeto de Reforma Agrária no Brasil, e para entendermos essa afirmação é necessária uma breve análise da Revolução Burguesa e sua consolidação no Brasil. Para isso, apontaremos duas teses: a primeira de Décio Saes, em seu livro “A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)”, a libertação dos escravos em 1888, a proclamação da república e a primeira constituição republicana de 1891 vão dar suporte jurídico/político para o estabelecimento das relações capitalistas de produção, que para o autor significou a Revolução (política) Burguesa no Brasil. A segunda, afirma que o regime civil/militar de 1964-1985 consolidou a Revolução Burguesa no Brasil, tese defendida por alguns pesquisadores,

como Marcos Del Roio em artigo na Revista “Novos Temas”, onde segundo o autor, no regime civil/militar “... a revolução burguesa se concluiu no Brasil, no sentido de ser já o país plenamente capitalista, industrializado, urbanizado, com classes sociais definidas, com os resquícios pré-capitalista subsumidos à dinâmica do capital” (Del Roio, 2012, p.235).

A formação do estado burguês brasileiro a partir desse tripé jurídico não significou a imediata transformação das relações de produção, isso foi se constituindo num processo de urbanização, na produção de bens de consumo, de máquinas e da instalação da indústria de base num processo contraditório de avanços e recuos, como também nessas primeiras décadas, foi criando uma massa de trabalhadores assalariados que, conseqüentemente, com suas experiências no confronto com o capital, foi se organizando e acumulando derrotas e vitórias.

O que estamos afirmando é a antecipação da Revolução Política em relação às Revoluções Econômica e Social, tese defendida por Armando Boito Jr em seu livro “Estado, Política e Classes Sociais”, ao se referir à transição do feudalismo ao capitalismo, o autor afirma:

[...] proporemos que a transição se inicia pelo desajuste entre, de um lado, a estrutura jurídico-política do Estado que ‘avançou’ como resultado de uma revolução e de outro lado a estrutura da economia que ficou ‘para trás’, presa ao modo de produção anterior (Boito Jr, 2007, p.55).

Nesse sentido, podemos afirmar que a Revolução Burguesa é um processo que se inicia com a tomada do poder de Estado e se estende no campo econômico e social de forma a consolidar as relações capitalistas e subordinar as outras relações em todas as esferas da sociedade.

Quanto ao desenvolvimento do capitalismo no campo, esse se deu de forma atrasada em relação ao das cidades. Assim, nos parece importante destacar dois fatores: o primeiro é a manutenção da economia agroexportadora sustentada pelo latifúndio e pelo trabalho não assalariado; segundo, o desenvolvimento da “agricultura atrasa-se em relação à indústria: este é um fenômeno comum a todos os países capitalistas e constitui uma das crises, e da alta do custo de vida (Lênin, 1980, p.59).” É indispensável destacar

a importância da agricultura no Brasil, mesmo depois da “Formação do Estado burguês no Brasil”, tese defendida acima. Segundo Boris Fausto:

No curso das últimas décadas do século XIX até 1930, o Brasil continuou a ser um país predominantemente agrícola. Segundo o censo de 1920, dos 9,1 milhões de pessoas em atividade, 6,3 milhões (69,7%) se dedicavam à agricultura, 1,2 milhão (13,8%) à indústria e 1,5 milhão (16,5%) aos serviços. Devemos notar que “serviços” englobam atividades urbanas de baixa produtividade, como os serviços domésticos remunerados e “bicos” de vários tipos. O dado mais revelador é o do crescimento do número de pessoas na área industrial [...] (Fausto, 2006, p.281-282).

Nesse texto não nos propomos a fazer a discussão das teses sobre a Revolução Burguesa no que diz respeito às defendidas por Fausto e/ou Saes, mas de nos apoiar enquanto referência. Aqui, tomamos como ponto de partida a tese do prof. Saes, na formação do Estado Burguês no Brasil, que nos permite levantar a hipótese que na última década do século XIX e as três primeiras do século XX constituíram-se os germes do desenvolvimento capitalista no campo de caráter “prussiano”, ou seja, mesmo depois da Revolução Política Burguesa, a estrutura fundiária, quanto à extensão das propriedades, se manteve em decorrência de uma política internacional do comércio favorável a produtos tropicais e de matérias primas e internamente à substituição do trabalho escravo pelo trabalhador imigrante (Prado Jr, 2006). Portanto, mantendo a política econômica agroexportadora apesar de uma nova organização do Estado e da substituição das relações de produção, mas permanecendo a força de trabalho não assalariada. Alberto Passos Guimarães ao se referir à estrutura agrária no século XX em seu livro “Quatro Séculos de Latifúndio” afirma:

Apesar dos rudes golpes sofridos ao longo de sua existência de quatro séculos, o sistema latifundiário brasileiro chegou aos nossos dias com suficientes poderes para manter firmemente em suas mãos o controle de nossa economia agrária (Guimarães, 1989, p.201).

Nesse sentido, o que estamos defendendo nesse artigo é que o golpe civil-militar de 1964 no Brasil consolida a Revolução Burguesa no Brasil (Del Roio) e define a forma de desenvolvimento capitalista no campo de tipo prussiano (Lênin), dando contornos finais às disputas pela Reforma Agrária, a partir de uma estrutura fundiária que consolida a concentração de terras e o trabalho assalariado no campo, além de mudanças no padrão técnico da produção.

A questão da Reforma Agrária no Brasil de hoje é buscar entender que ela tem um caráter de classe. Quais são as opções dessa classe na reorganização fundiária no país? Como são distribuídas as terras? Qual a capacidade de infraestrutura de produção e comercialização? Ou seja, como se consolidou as relações de produção capitalistas no campo?

Por conseguinte, a partir dessas referências e premissas, afirmamos que a Reforma Agrária no Brasil tem caráter burguês, de que ela expressa as relações burguesas no campo e que se firma com a consolidação da Revolução Burguesa nas relações capitalistas predominantes em todos os aspectos da vida social, econômica, política, ideológica e cultural do país.

O que objetivamos também é levantar a tese que o processo de Reforma Agrária é muito mais complexo que a distribuição de terras em pequenas propriedades. Estamos partindo das referências teóricas de Lênin em que os princípios da Reforma Agrária de caráter burguês são as mudanças das relações de produção no campo com o aparecimento, desenvolvimento e a predominância do assalariamento dos trabalhadores, “o indicador essencial do capitalismo na agricultura é o trabalho assalariado (Lênin, 1980, p.63)”. Outros aspectos que, segundo o autor, indicam elementos da reforma agrária burguesa é o aumento da intensidade da exploração da terra e a produção e uso de meios de produção e de insumos. Portanto, ao analisarmos a Reforma Agrária no Brasil temos que buscar compreender esse processo no conjunto das mudanças fundiárias no país, nas relações de produção como nas condições de produção e quais alterações ocorreram, ou não, na distribuição das terras, na forma da força de trabalho, nas condições de comercialização no mercado interno e externo do país.

A questão da reforma agrária também deve ser vista a partir dos interesses de classe e das frações de classe, como também do Estado. Ainda nos utilizando de Lênin para compreendermos a questão da Reforma Agrária burguesa no Brasil, o autor afirma que o caráter burguês da produção não se limita à dimensão das propriedades e fazendo

referências à reforma agrária norte-americana, indica que nesse país as relações capitalistas de produção no campo se deram com uma diminuição das unidades produtivas⁴.

Acreditamos que a partir dessas referências podemos entender o caráter de classe do artigo de Kátia Abreu, de 19 de janeiro de 2003, do jornal A Folha de São Paulo, defendendo a agricultura familiar em detrimento dos assentados rurais. A senadora afirma que apesar da área média dos assentados (77,5 hectares) ser maior do que a dos agricultores familiares (18,4), “a produtividade dos assentados é pífia, muito abaixo da média nacional. Nem de longe se iguala à dos agricultores familiares. Alguma coisa está errada e precisa ser mudada”. Parece-nos que o que está errado para a autora, é que os assentamentos rurais são improdutivos e se mantêm a partir da tutela do Estado. Portanto, para Kátia Abreu, é preciso emancipar os assentamentos rurais e deixar que o mercado defina quem tem capacidade (capitalista) gerencial e produtiva, dessa forma conclui o texto afirmando o que deve ser feito é “uma política coerente de reforma agrária [que] deveria ter como objetivo a emancipação dos assentamentos, que se tornariam, assim, [os assentados] cidadãos de pleno direito. Seriam convertidos em novos agricultores familiares, cidadãos não tutelados e livres em suas decisões”.

Esse discurso nos conduz para três conclusões: 1- A senadora Kátia Abreu personifica os interesses do grande capital no campo. Interessante observar que Abreu inicia seu artigo diferenciando latifúndio de moderna empresa rural e que aquele faz parte do passado e que “A moderna empresa agrícola é de alta produtividade, com uso intensivo de tecnologia, aplicação do conhecimento na utilização da terra, respeito à natureza, observância de condições humanas de trabalho e respeito ao Estado de Direito”. Retirando a demagogia sobre o respeito ao trabalho, ao meio ambiente e ao Estado de Direito, uma vez que o capital não respeita nada que se oponha ao seu lucro e ampliação do seu capital, a argumentação da classificação das propriedades rurais da autora se aproxima muito da classificação do Estatuto da Terra no que se refere às dimensões e produtividade das propriedades. 2 – Os assentamentos rurais são uma distorção da Reforma Agrária Burguesa do Brasil. Se partimos da premissa de que a Reforma Agrária se dá no bojo da Revolução Burguesa e que a Reforma Agrária tem como objetivo transformar as relações de produção no campo em relações capitalistas, independentemente das dimensões das propriedades, estas se constituem em capital, que

⁴ Lênin, 1980, p.49, citação já apresentada acima nesse texto.

buscam na atividade agrária sua ampliação a partir de investimentos em capital constante e capital variável. Assim, torna-se necessário um exército de força de trabalho que esteja disponível a ser comprado, para as atividades no campo, como também a criação de um exército de reserva de força de trabalho. 3 – Contraditoriamente ao afirmado acima, os assentamentos tem cumprido uma função na Reforma Agrária brasileira. Alguns assentamentos têm conseguido produzir alimentos para o mercado interno brasileiro e assim, como outros pequenos produtores, liberam as grandes propriedades e as terras de melhor qualidade a produzirem commodities, principalmente para exportação. Os assentamentos também têm servido de bolsões de mão-de-obra para trabalhos sazonais como para trabalhos precarizados nas cidades e no próprio campo. Há que se ressaltar a tese de que os assentamentos não fazem parte da política de Reforma Agrária, uma vez que os assentamentos, até hoje, têm servido apenas para resolver pontualmente áreas de conflitos e não são formados a partir de uma política de distribuição de terras que desconcentre e democratize a propriedade no campo.

Assentamentos Rurais, Formação e Educação.

Quanto aos assentamentos rurais, estes são elementos novos da realidade rural brasileira que aparecem no final dos anos 70 e começo dos 80 do século XX, fruto do esgotamento do regime civil-militar e da retomada das lutas dos trabalhadores das cidades e em particular do campo e de forma legalizada, mais enfática, no I e II Plano Nacional de Reforma Agrária.

Com relação aos planos nacionais de Reforma Agrária, nos parece se constituir num grande engodo, uma vez que a Reforma Agrária no Brasil já havia consolidado seu caráter burguês e de tipo prussiano no regime civil-militar. Nesse sentido, os planos se apresentam muito mais como mecanismos ideológicos/políticos do que de políticas públicas. Seus objetivos de criação de assentamentos rurais não se constituíram como políticas públicas de reestruturação fundiária do país e sim como instrumento de arrefecimento as lutas dos trabalhadores sem terra, ou com pouca terra. Lutas que têm como uma de suas consequências a opção de reforma agrária feita pela burguesia nacional, com a manutenção e concentração de terras e produção de commodities voltada para a exportação. Também devemos destacar que as lutas dos trabalhadores do campo estão inseridas na retomada de lutas dos movimentos sociais e sindicais do final da década de 70 e início de 80, do século XX.

Do ponto de vista ideológico, nos parece que os Planos Nacionais de Reforma Agrária encobrem a dicotomia Reforma Agrária e Assentamentos Rurais no Brasil e mais do que isso, os colocam como sinônimos, levando os trabalhadores do campo e seguimentos progressistas da sociedade a resumirem suas propostas de Reforma Agrária à criação de mais assentamentos. Temos clareza da importância da criação dos assentamentos rurais, mas esses muito mais como resultado da luta dos trabalhadores e muito menos como política pública decorrente da Reforma Agrária. O Estado tem utilizado a criação de assentamentos rurais não como parte da política de Reforma Agrária, mas como mecanismo de resolução de conflitos pontuais em disputas por terras. Essas soluções diminuem as tensões e garantem a tranquilidade da estrutura fundiária em reproduzir o grande capital no campo. Essas medidas, na sua grande maioria, têm criado situações não tão confortáveis para o Estado e o capital, pois como soluções pontuais de conflitos, os assentamentos rurais carregam as experiências e a capacidade de organização, mobilização, reivindicação, trabalho, formação etc. dos movimentos sociais de luta por terra e trabalho, que em grande medida mantém suas características nos assentamentos rurais.

Em nosso esforço de identificar os assentamentos rurais como fenômeno social apartado da política de Reforma Agrária brasileira promovida pelas elites dominantes e proprietárias do grande capital, não descartamos o empenho destas e do Estado em integrar os assentamentos na lógica da estrutura fundiária, tornando-os bolsões de força de trabalho assalariado sazonal para as grandes áreas produtivas em períodos de safra como também força de trabalho precarizada no campo e na cidade. Além deste papel que os assentamentos rurais podem ocupar na lógica do capital, há as propostas, já acima mencionadas, de emancipação dos assentamentos rurais, o que significaria seu desaparecimento como tal e a possibilidade de alguns poucos assentados se transformarem em uma pequena burguesia rural e a maioria voltar a ser assalariado rural sem terra da grande e, agora também, da pequena burguesia rural.

Ainda com relação aos assentamentos rurais, inferimos que os ataques que eles têm sofrido pela elite e também pela classe média são a potencialidade educativa e formativa que carregam. Do ponto de vista educativo, em seu sentido mais amplo, de processos de introjeção e incorporação das experiências vivenciadas nos acampamentos com as ocupações, as assembleias, formação de coletivos, as marchas e atos, como também cursos e oficinas que os movimentos sociais possibilitam para os acampados e

apoiadores vão constituir um conjunto de ações educativas tácitas e intencionais que elevam o nível de consciência política dos envolvidos.

Essas experiências no acampamento e sua elevação de consciência política são levadas aos assentamentos rurais, em alguns casos sobrevivem como potencialidade, mas em outros servem de fundamento na organização coletiva dos assentamentos no que diz respeito à produção, distribuição de produtos, formação para o trabalho através das assistências técnicas, parcerias com ONGs e universidades, cursos realizados por sindicatos rurais e o próprio SENAR. É importante destacar que essas capacidades de ações nos assentamentos rurais são realizações, frutos de resultados satisfatórios enquanto trabalho coletivo e este como instrumento permanente de decisão, deliberação, organização, ações reivindicatórias e negociações entre outros, mas tendo sempre como princípio o trabalho e as decisões coletivas.

Do ponto de vista da formação política dos assentados rurais é necessário destacar, quando possível e viável, a manutenção das características dos movimentos sociais enquanto estruturas organizativas, táticas e de estratégias de ações, de capacidades de agregação e mobilização.

Quanto à educação escolar, nos assentamentos rurais observamos e, acessando estudos, identificamos uma característica que diferencia as escolas dos assentamentos de outras escolas das cidades e mesmo de escolas do campo, há uma especificidade. A hipótese que levantamos como causa dessa especificidade está na própria condição de criação dos assentamentos e suas origens nos movimentos sociais de luta por terra e trabalho.

Essas condições fazem com que a relação entre assentados e escola tenha aspectos que a diferencia das escolas do campo de não assentados, no que diz respeito à participação dos alunos e pais nas atividades de gestão, culturais, comemorativas, de preservação, reivindicação e manutenção do espaço escolar, entre outras. Também nos parece que essa relação é resultado da população dos assentamentos serem menos dispersas que outros seguimentos populacionais do campo e de carregarem as expectativas de educação escolar gestadas nos movimentos sociais e acampamentos, uma vez que a luta por terra não se resume à condição de trabalho, mas vai além deste, o assentamento rural se constitui em condição de vida em todas as suas dimensões. A relação criada entre os assentados e a escola é a de pertencimento e não a de estranhamento, é a de conquista e não a de imposição.

Considerações Provisórias.

Certos de que não poderiam ser diferentes, as considerações aqui são provisórias, dada a etapa inicial de nossos estudos e pesquisas. Temos também clareza das insuficiências de argumentos de nossas notas e reflexões, porém, apesar desses limites, essas têm nos possibilitado identificar que o referencial teórico leninista pode nos abrir um caminho fértil para a compreensão da Reforma Agrária no Brasil e de seus desdobramentos econômicos, políticos e ideológicos.

Entre os vários desdobramentos da Reforma Agrária no Brasil, os assentamentos rurais para nosso trabalho é fundamental identificá-los como fenômeno novo no Brasil e que estes se constituíram como resultado da luta dos trabalhadores e não como política pública de reforma agrária. Essa afirmação tem como objetivo possibilitar uma nova argumentação da luta pelos assentamentos rurais, não mais como fundamento da Reforma Agrária de tipo prussiana e de caráter burguês consolidada no Brasil, mas para que se realize uma nova Reforma Agrária de outro tipo, mais democrática, menos concentradora de terras, mesmo que ainda nos limites burgueses.

Outro objetivo destas notas é de retomar a discussão de que qualquer Reforma Agrária realizada como política pública em um Estado burguês nunca atenderá as necessidades dos trabalhadores do campo e da cidade e que essas só serão superadas com a Revolução Socialista que em seu bojo implementará e consolidará uma Reforma Agrária de caráter socialista. Assim, podemos afirmar a necessidade de duas palavras de ordem na luta dos trabalhadores: a primeira, “Por uma Reforma Agrária democrática já” e a segunda, “Pela Revolução Socialista e a consolidação de sua Reforma Agrária”.

Por último, é preciso destacar a importância da educação e da formação dos trabalhadores assentados. A luta por qualificação técnica se faz necessária como condição de melhorar as circunstâncias de vida dos assentados em todos os seus aspectos. Quanto à formação política e escolar, estas são fundamentais para potencializar as lutas dos trabalhadores pela luta por uma Reforma Agrária mais democrática e pelo socialismo.

Bibliografia

ABREU, Kátia. Entre o passado e o futuro. *Folha de São Paulo*, 19.01.2013, p.9, c.B.

CASSIN, Marcos. *Algumas referências teóricas de Lênin e a Questão Agrária no Brasil*. Mimeo, 2013.

- CASSIN, M.; GOLDSCHMIDT; M. H.; CHAVES, R. J. Lênin e a questão agrária na Rússia no final do século XIX e início do século XX. In: VII Colóquio Internacional Marx e Engels. Campinas. 2012. Anais: CEMARX – VII Colóquio Internacional Marx e Engels. Anais. Vol.1, Nº1, 2012. ISSN 2238-9156
- DEL ARROIO, Marcos. O PCB e a Estratégia da Revolução Brasileira. In: *Novos Temas: Revista do Instituto Caio Prado Jr.*, São Paulo, n.7, p. 217-235, 2º semestre de 2012.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12ª ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. In: *Revista Brasileira de Educação*. V.16, n.47, p.333-361, maio-ago. 2011.
- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. 3ª edição. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- LEI Nº 4.504/1964 (Estatuto da Terra)
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm . Acesso em: 29 jan. 2013.
- LÊNIN, Vladimir Ilich. *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura*. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980. (Coleção Alicerces).
- LÊNIN, Vladimir Ilich. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo, Abril Cultural, 1982. (Os economistas).
- LÊNIN, Vladimir Ilich. *O programa agrário da social- democracia na primeira Revolução Russa de 1095 1907*. Goiânia, Alternativa, 2002.
- LENINE, Vladimir Ilich. A que herança renunciamos?. In: *Obras Escolhidas*. 2ª edição. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1982a, v.1.
- Plano Nacional de Reforma Agrária, I.
<http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/pnra-plano-nacional-de-reforma-agraria/file/481-i-pnra>. Acesso 22 de abril de 2013
- Plano Nacional d Reforma Agrária, II.
<http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/pnra-plano-nacional-de-reforma-agraria/file/482-ii-pnra>. Acesso 22 de abril de 2013
- SAES, Décio. *A Formação do Estado Burguês no Brasil: 1888-1891*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.